

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros que são mensurados ao seu valor justo.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de março de 2018.

2.2 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.2 Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral:

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o hedge accounting previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

b) Ativos financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

iii) Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados a partir da data do balanço e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Companhia não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

c) Passivos Financeiros:

São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.5 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.6 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras.

A Administração iniciou o em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas:

- i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos financeiros (em vigor em 2018);
- ii) IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos com clientes (em vigor em 2018); e
- iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil (vigência em 2019).

De acordo com o IFRS 9, a Companhia deverá avaliar a opção de mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, ao valor justo por meio do resultado ou mensurar, de maneira irrevogável, os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente. Embora essa mudança não altere a mensuração ao valor justo, por conta das opções quanto à contrapartida das variações do valor justo, a administração está ainda avaliando a política contábil mais adequada, uma vez que tal opção poderá ter efeito no cálculo dos dividendos.

As demais normas (IFRS 15 e IFRS 16) não têm impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	<u>2.129</u>	<u>2.239</u>

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em operações compromissadas com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2017, estas aplicações eram remuneradas à taxa média de 73,4% (86,73%, em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAA-” pelas agências Fitch e Standard & Poor's.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registrou dividendos propostos a pagar no montante de R\$ 130.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia tinha juros sobre capital próprio a pagar, líquido do imposto de renda na fonte, e dividendos propostos a pagar nos montantes de R\$ 252 e R\$ 96, respectivamente.

Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, registrados no resultado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dividendos recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A.	225	183
Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Papel e Celulose	118	-
Dividendos recebidos da Suzano Holding S.A.	208	404
Juros sobre capital próprio recebidos da Suzano Holding S.A.	26	-
	<u>577</u>	<u>587</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	568	1.626
Alíquota fiscal combinada	25%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(142)	(553)
Compensação de prejuízos fiscais limitado a 30% do lucro fiscal	11	80
Juros sobre capital próprio a pagar	-	101
Dividendos recebidos	108	200
Outros	-	7
	(23)	(165)
Imposto de renda		
Corrente	(14)	(113)
Diferido	(1)	(2)
	(15)	(115)
Contribuição social		
Corrente	(8)	(49)
Diferido	-	(1)
	(8)	(50)
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	(23)	(165)
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	4,05%	10,15%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros disponíveis para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	836	846
Créditos sobre diferenças temporárias	-	1
	836	847
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	531	384
Total ativo	1.367	1.231
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	4.915	3.554
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	1.770	1.280
Total passivo	6.685	4.834
Total líquido passivo não circulante	5.318	3.603

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2017, totalizaram R\$3.346 e R\$6.488, respectivamente, (R\$3.386 e R\$6.527 em 31 de dezembro de 2016).

7. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço em 31 de dezembro de 2017.

Em 10 de novembro de 2017 foi efetivada a migração da Suzano Papel e Celulose S.A. para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão de suas ações Preferenciais Classe "A" (SUZB5) para ações Ordinárias (SUZB3).

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido, até que sejam realizados.

	<u>Quant. Ações</u>	<u>Tipo</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	ON	12.026	9.137
Suzano Holding S.A	267.787	PN	10.639	8.085
			<u>22.665</u>	<u>17.222</u>

8. Instrumentos financeiros

As ações das Companhias Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A. são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda e são avaliadas pelo seu valor justo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- O valor justo dos ativos financeiros mantidos para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos. Especialmente no caso das ações da

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Suzano Holding, a ausência de negociação não permite atender a definição de mercado ativo. Nesse caso, considerando que os ativos dessa investida representam virtualmente ações da Suzano Papel e Celulose S.A., as cotações das ações dessa outra empresa foram consideradas como a melhor estimativa do valor justo das ações da Suzano Holding.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.129	2.129	2.239	2.239
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.665	22.665	17.222	17.222

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços).

	Valor justo em 31/12/2017	Nível 1	Nível 2
Ativos			
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.665	12.026	10.639
	Valor justo em 31/12/2016	Nível 1	Nível 1
Ativos			
Ativos financeiros disponíveis para venda	17.222	9.137	8.085

Gestão do Capital

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2016 o capital era de R\$ 3.000, composto de 74.000 ações ordinárias), sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

O declínio significativo ou prolongado no valor justo de investimento no instrumento patrimonial abaixo do seu custo é considerado uma evidência objetiva de perda no valor recuperável se confirmada a perda, ela é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado do período.

Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

Dividendos propostos no exercício

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos		
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	545	1.461
Reserva legal	(27)	(73)
	518	1.388
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	130	348
Dividendos propostos	130	96
Juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda na fonte	-	252

10. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

	31/12/2017		31/12/2016
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Lucro líquido atribuível aos acionistas	535	10	545
Quantidade média ponderada da quantidade de ações do exercício	72.795	1.205	74.000
Lucro líquido básico por ação	7,35289	8,08818	19,74324

À Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro líquido diluído por ação é o mesmo que o básico.

11. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(6)	(6)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	29	40
Rendimentos das aplicações financeiras	162	226
Resultado financeiro líquido	185	260

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12 – Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Anúncios e publicações	(58)	(51)
Taxas da CVM	(64)	(50)
Perda por prescrição de crédito fiscal	-	(46)
Auditoria	(19)	(20)
Honorários advocatícios	(50)	-
Outras despesas	(3)	-
	<u>(194)</u>	<u>(167)</u>